

**CLAUDIMAR ALVES DURANS\***  
**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup> MARIZE HELENA DE CAMPOS (ORIENTADORA)**

## Resumo

Neste artigo propomos tecer algumas reflexões sobre identidade e memória histórica das mulheres negras a partir do olhar do Hip Hop. Haja vista, este ser considerado uma cultura de resistência e protesto. Desde as suas origens nos guetos negros americanos e, em seguida, no mundo, este movimento formado por pessoas cujas identidades são estigmatizadas, tem (re)apropriado e (re)construído suas identidades étnico-raciais, desconstruindo e subvertendo um padrão dominante de pertencimento étnico.

**Palavras-chave:** Identidade. Mulheres. Hip Hop. Memória histórica

## 1 Introdução

A História, como disciplina, passa por constantes transformações, isso devido ao fato de ser produto do fazer humano. Nessa direção, como assinala Paul Veyne, “a História não pode ser definida como um inventário explicativo não dos homens ou das sociedades, mas daquilo que há de social no homem, ou mais precisamente, das diferenças manifestadas por este aspecto social”<sup>1</sup>. Especialmente na década de 1970, de acordo com Michel de Certeau, tem havido questionamentos sobre a forma de “fazer história”. A discussão animada, comprometida com outras humanidades, como Filosofia (especialmente Michel Foucault), Sociologia, Teoria da Literatura, Psicanálise e Geografia, levantaram questões fundamentais sobre a natureza científica e o status da narrativa histórica.

Para responder a estes questionamentos, os historiadores têm dedicado cada vez mais suas pesquisas para a análise da história de sua disciplina, como assinala Certeau (2002) “Clio passa para o outro lado do espelho em uma abordagem essencialmente reflexiva”. Nesse sentido, é importante destacar a reflexão de Paul Veyne (1993) afirmando que, diferente das outras ciências que explicam a História não explica, pois não existe explicação histórica, a História informa seus materiais recorrendo às ciências do Homem.

O questionamento das noções e conceitos que têm sido utilizadas pelos historiadores não podem mais prescindir do desvio pelo passado da disciplina, não de

---

\* Mestranda do Programa Pós-Graduação em História- UFMA; bolsista da FAPEMA

auto-homenagem, mas para entrar totalmente para uma nova era, que é de tempo "reflexivo" da operação histórica<sup>2</sup>, termo utilizado por Certeau (2002). Esta é a condição de que o historiador será capaz de reabrir o potencial do presente a partir do passado possível.

A historicidade, ou seja, a "relação social de tempo" tornou-se um projeto importante na História a ponto de redefinir a identidade da disciplina pela sua relação especial com o tempo, pois não há uma única ao longo do tempo, esta trabalha com a possibilidade no lugar da verdade. Neste sentido, o questionamento sobre a historicidade está no cruzamento das mudanças recentes na historiografia. A outra dimensão é interna para a escrita da história em si: explorar a historicidade das formações sociais, uma vez que o historiador deve mais do que nunca, para pensar a historicidade de sua obra e da historicidade de todas as categorias formais das realidades sociais do passado.

Com efeito, fora dessa questão havia outro link estabelecido com a historiografia, a retórica, com a profissionalização e cientifização, os historiadores tem lidado com a escritura da História como uma questão fora do trabalho específico do historiador, com vista à história claramente separada da literatura.

A historiografia tem o seu nome inscrito no paradoxo, a ligação de dois termos contraditórios: realidade e discurso, isto devido a História ser representação, uma presença que cobre uma ausência. Nesse sentido, o discurso histórico é metafórico, tem compromisso com a realidade, pois a história trabalha com possibilidade, no lugar da verdade.

Vale ressaltar que aos poucos a História tornou-se disciplina científica, dessa feita, a escola metódica e, especialmente, os "Annales<sup>3</sup>" de Marc Bloch e Lucien Febvre, fez com que os territórios da história se expandissem e, que até mesmo houvesse uma renovação da história política à história cultural.

---

<sup>2</sup> Para Certeau, "encarar a história como uma operação será tentar de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto prática". CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

<sup>3</sup> A Escola dos Annales é um movimento historiográfico que se constitui em torno do periódico Annales d'histoire économique et sociale, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, no ano de 1929.

Nesse sentido, a expansão dos temas de investigação propostos pelos estudos históricos foi acompanhada por renovações dos marcos teóricos e metodológicos; enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionar os paradigmas históricos tradicionais, vem colocando novas questões, descobrindo novos vestígios, pistas, enfim, contribuindo para (re)definir e ampliar noções tradicionais do significado histórico.

Desse modo, o foco dos estudos historiográficos, agora é sobre os indivíduos, tendo como método a multiplicidade de histórias o que torna possível a construção de objetos complexos. É importante destacar que é nesse contexto que surge a História das mulheres como tentativa de incorporar os estudos de gênero à disciplina histórica. Com a preocupação de tornar as mulheres visíveis na chamada História Geral, por esta tomar o homem branco e ocidental como “medida de humanidade” e não reconhecer que as mulheres têm trajetórias distintas (Pinsky 2009).

A história das mulheres, segundo Pinsky (2009) adquiriu expressão a partir da década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia. Essa produção historiográfica é bastante diversificada em termos de assunto, métodos e qualidade intelectual. Contudo, para alguns críticos<sup>4</sup> inserir a mulher não foi suficiente por afetar profundamente a historiografia tradicional, com seus recortes temáticos, periodizações, fontes e fatos históricos já bem delimitados. Não basta acrescentar as mulheres aos livros de história, é preciso repensar o próprio saber histórico e privilegiar abordagens analíticas.

Analisar como ocorre a construção da memória histórica das mulheres negras no *Hip Hop* maranhense possibilita uma abertura para os estudos da mulher negra, pois o *Hip Hop* e suas práticas políticas, educativas e culturais nos possibilita um olhar sobre uma importante parcela da juventude negra e pobre do Brasil, no sentido de perceber como esta tem se organizado e empreendido ações políticas visando a melhoria de suas condições de vida.

No caso da participação das mulheres e de outros “sujeitos subalternizados”, é fundamental seu regaste histórico devido à necessidade de se compreender a importância dos registros da realidade histórica no passado, sua repercussão no presente

---

<sup>4</sup> Como principal crítica destacamos Joan Scott(1988), que teve um papel crucial para a historiografia, com a publicação do artigo “Gênero: categoria útil de análise histórica” fazendo com que trabalhos preocupados com as diferenças sexuais passassem de descritivos à explicativos e elaborações de teorias.

e suas possibilidades para o futuro. Neste caso, a ausência e pouca visibilidade das mulheres também são constatadas nos estudos sobre Hip Hop, nos quais se encontra uma predominância masculina em sua representação, e/ou quando a participação das mulheres não é compreendida a partir da perspectiva de gênero (MARTINS, 2004; MIRANDA, 2006; MORAES NETO, 2006; OLIVEIRA, 2007).

### **A construção da identidade étnico-racial no Hip Hop a partir da memória histórica das mulheres negras**

Os estudos contemporâneos sobre identidade destacam que é uma categoria que não deve ser compreendida em si mesma, mas resultado de um processo relacional, histórico e discursivo de construção da diferença. Nesse sentido, a identidade não pode ser considerada como possuidora de uma “essência”, mas como uma categoria importante para compreendermos como os sujeitos atribuem para si e para os outros, características que os definem como sujeitos.

Nessa direção é necessário compreender os mecanismos de construção da identidade seja ela de etnia, raça ou de nação, vinculando-a às relações de poder, no qual se erigiu a hegemonia da identidade europeia, em contraste com a inferiorização das identidades asiática e africana.

A identidade nacional brasileira, por exemplo, foi constituída quase que exclusivamente pela inserção deste no mundo ocidental e cristão. Esta se constituía pela apreensão de um Brasil pertencente ao mundo civilizado europeu, de acordo com os valores racistas que colocavam (ou ainda colocam) o branco como superior. (BITTENCOURT 2007, p. 194)

Nessa perspectiva, formar o ser humano significa preparar um tipo ideal concernente à sociedade desejada. Esta, explicitamente, está ligada à ideia de identidade, de construção do sujeito. É importante observar que a questão da identidade foi e é fundamental no entendimento histórico de um povo, grupo étnico-racial, um indivíduo, uma nação, enfim, sempre foi objeto de preocupação da pesquisa histórica, pois o ser humano:

[...] é um ser permanentemente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores. A identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta uma dimensão coletiva, que se refere à integração do homem como sujeito do processo de construção da História. A História,

como processo, é compartilhamento de experiências, mesmo que inúmeras vezes sob a forma de conflitos. A memória, por sua vez, como um dos fatores presentes no resgate da história compartilhada, é esteio da identidade (NEVES, 2000, p. 113).

Portanto, as práticas político-culturais das mulheres são responsáveis por esse processo múltiplo de discontinuidades, desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais, elas se identificam – ao menos temporariamente. O que demonstra que elas assumem identidades diferentes em diferentes momentos, pois evidencia que não há uma identidade única, mas identidades contraditórias, que deslocam formas de identificações.

O que explica as múltiplas identidades e identificações que estas assumem e ganham de acordo com as projeções das suas identidades culturais, dentro do movimento e para fora dele, tornando-as mais fluídas, provisórias e variáveis. Para essas jovens assumirem-se como “hip hoppers”, com suas fluídas e contraditórias marcas identitárias, é complexo, o que denota as discontinuidades como emblema presente na vida delas.

Como Souza (2002, p.88) aponta

Estamos entendendo então que a ideia de identidade, especialmente a ideia de identidade coletiva, comparece como reivindicação de pertencimento a um grupo, como possibilidade de pertencimento ao mundo; pertencimento esse definido nas possibilidades de escolhas situadas nas relações de diferenciação/desigualdades sociais que, para ganhar força e legitimidade para a luta devem, necessariamente, ser reconhecidos, tanto o pertencimento, como a unidade de pertença, ou seja, tanto a igualdade, como a diferença.

Assim, ao expressarem suas subjetividades e valorização dos saberes próprios - constituintes de suas experiências cotidianas e de suas identidades –, evidenciam a autoestima, a necessidade de afirmação, de visibilidade e dizibilidade no território “onde” vivem e convivem com outros(as) jovens, um território marcada e predominantemente masculino, onde a reprodução das relações sociais de gênero são reflexos destas relações na sociedade.

O sujeito mulher, participante de um movimento majoritariamente masculino, procura inserir-se na cultura, ser reconhecido e visibilizado pelo talento dessa arte. Embora ainda haja uma invisibilidade ou quase ausência desta, como nos aponta Magro (2003, p.47)

Nos estudos sobre culturas juvenis, pouco se tem abordado sobre a participação das meninas. Elas estão praticamente ausentes dos trabalhos etnográficos, nas matérias jornalísticas e nos relatos de pesquisa. Mesmo quando elas aparecem nesses trabalhos, a categoria gênero é colocada em segundo plano, como mais uma variável a ser analisada, mas pouco problematizada.

Nesse sentido é interessante observarmos um trecho da letra de música “*Lutadoras da diáspora*”, do grupo DIALETO PRETO<sup>5</sup>, no qual discorre sobre um resgate de uma memória histórica da mulher negra, há também a construção de identidade positiva e a reflexão sobre os problemas do cotidiano dão a tônica da música. Vamos a ela:

Sou uma preta de atitude  
Sou mulher nordestina  
Que acorda cedo às cinco da matina  
Já estou pronta pra guerra  
Machista otário me mira, mas me erra  
Teu sistema que impera  
Padrão capitalista  
Não me vejo na TV  
Nem na capa da revista  
Sou uma preta feminista  
Tenho vários objetivos  
Destruir o teu machismo  
Construir o comunismo  
Honrando minhas ancestrais  
As pretas de há tempos atrás (...)  
Os teus grilhões já não me prendem mais,  
Com os sangues das minhas ancestrais  
Sou uma preta que não se aculturou  
Sou bantu, sou sudanesa, sou jeje nagô  
Sou Mahim, na revolta  
Com Anastácia que não se deixou abater  
Sou angolana, haitiana, latino americana  
Mais uma preta lutadora na Diáspora africana.  
(Dialeto Preto-MA)

---

<sup>5</sup> Dialeto preto é um grupo de rap maranhense, que faz parte do Movimento Hip Hop Organizado do Maranhão “Quilombo Urbano”, formado por dois MC’s : Sonianke e Preta Nicinha. MC é um termo utilizado pelos participantes desse movimento Hip Hop para designar os cantores de rap, também chamados de rappers. Esta letra foi escrita pela Preta Nicinha.

No trecho inicial podemos perceber as marcas identitárias dessa mulher que faz parte do movimento hip hop: mulher, preta e nordestina. Uma das características atribuídas à mulher é sua força, sua luta. A mulher negra da periferia é uma mulher que “batalha, que acorda cedo, vive no dia-a-dia, faz as suas correrias”. Esta posituação da periferia, a exaltação e autovalorização da pessoa que nela habita possibilita uma construção identitária também positivada.

Observamos também, que a música quando se trata da História das mulheres traz à tona uma mulher que não é comumente estudada e conhecida. Luiza Mahim, Acotirene, Preta Anastácia, entre outras são algumas personagens históricas recorrentes nas letras de *rap*, nos grafites e na memória das mulheres do Hip Hop. O movimento recupera uma parte da história das mulheres que não observamos nas escolas, nos livros didáticos e na história tradicionalmente ensinada.

O Brasil sob o aspecto da identidade é caracterizado pela diversidade, fruto da convivência e desencontro de três segmentos fundamentais: branco, negro e índio. Apesar dessa pluralidade, hierarquicamente atribui-se ao segmento branco uma posição de superioridade na constituição da sociedade brasileira.

A temática étnico-racial esteve sempre associada à constituição civilizacional do país e, dentro dessa perspectiva, o negro e o indígena foram apresentados como entraves a um possível progresso (SCHWARCZ, 2000). Nesse sentido, a questão étnico-racial se transformou em instrumento para o estabelecimento de diferenças sociais. No delineamento de uma suposta “identidade nacional” e do que seria uma “cultura brasileira”, os (as) negros(as) foram relegados a segundo plano. (ORTIZ, 1994).

Com efeito, ao longo da história do Brasil, a população negra, por força de determinações históricas e ideológicas, ocupou um lugar subalterno nos mais diversos setores e em especial na escola e no currículo escolar. Constatam-se omissões e lacunas presentes no tratamento da história, da cultura, do trabalho e da resistência negra no Brasil e desinformações sobre o continente africano. Portanto, a escola tem desempenhado um papel importante na reprodução de padrões e valores eurocêntricos negando os referenciais históricos e culturais da população negra brasileira. (BITTENCOURT, 2007; CUNHA JUNIOR, 1999; MUNANGA, 2000)



O Brasil como diz Moura (1988) é um país inconcluso. Não apenas as desigualdades socioeconômicas são mais evidentes entre a população negra, como seus referenciais culturais e históricos são negados ou estigmatizados, no sentido da atribuição de valores negativos, marginalizados. Com relação às mulheres é notória a tradição patriarcal de nossa História, mesmo com os avanços recentes da produção historiográfica, relegando papéis submissos ou mesmo o completo ocultamento da participação das mulheres na História do Brasil.

O que dizer então da mulher negra? O que se sabe de sua história? De suas lideranças políticas? Das mulheres negras que tiveram algum destaque na história do Brasil? A história das mulheres tem uma trajetória difícil de ocultamento haja vista a formação do Brasil pautada no patriarcalismo das relações sociais.

Como o espaço determinado pelo poder masculino para as mulheres foi por excelência o cotidiano da vida privada, apenas com o surgimento da História da vida privada que as mulheres deixaram de ser ignoradas na historiografia e passaram a ser objeto de estudo de historiadores, pois, como em regra, sua vida se dava no interior da casa, apenas quando o estudo se voltou para o cotidiano que estas puderam ser ouvidas (PINSKY, 2009).

Mas isso vale para as mulheres brancas. E as mulheres negras? Elas não estavam necessariamente dentro das casas. A maioria estava no eito ou junto com a resistência à escravidão. Conforme Magalhães (2003) a História do Brasil, que tem traços marcantes e dominantes até os dias atuais, foi marcada pela descrição cronológica e estudo biográfico de homens brasileiros considerados ilustres e relevantes para a afirmação da nacionalidade. Nesse sentido, a disciplina História foi um veículo de homogeneização e construção de marcos referenciais para se pensar uma forma de desenvolvimento para a História da sociedade brasileira, sem conflitos, indivisível e centrada no patriarcalismo, no eurocentrismo e na religião cristã.

Assim, as narrativas e a construção da memória histórica são de fundamental importância pois,

As narrativas, tal qual os lugares de memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitária e das tradições. Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar a arte de contar, de traduzir em palavras reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. [...]. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo (DELGADO, 2003, p. 21, 22).



Sendo assim, em um primeiro momento a memória pode ser vista como individual próprio da pessoa, mas como nos sinalizou Maurice Halbwachs(2006), esta deve ser entendida, sobremaneira, como um fenômeno coletivo e social. Ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

A memória é multifacetada na medida em que emana de grupos sociais. Desse ponto de vista, esta é chamada “coletiva” e, uma quimera, pois soma memórias imperfeitas, fragmentada e heterogênea. A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e nas sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência, mas esta não é só uma conquista, é também um instrumento e objeto de poder (LE GOFF, 1990)

A construção e reconhecimento da identidade sempre motivaram e motivam homens e mulheres a se debruçarem sobre o passado em busca dos marcos, temporal ou espacial, que se constituem nas referências reais das lembranças. Para recordar e para se analisar os processos históricos, são necessários ativar a construção de signos que se constituem como elementos peculiares do reavivamento do passado.

Dessa forma, os lugares da memória, podem ser considerados esteios da identidade social, monumentos que têm, por assim dizer, a função de evitar que o presente se transforme em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro.

A memória torna-se, sobremaneira, um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de um grupo ou pessoa em sua reconstrução de si, pois, é na busca por identidade que os sujeitos, individuais ou coletivos, adentram na profundidade de sua história, em uma dinâmica que pode ser espontânea ou direcionada.

Entre os diferentes tipos de memória já identificados por filósofos e historiadores, cabe destacar a *memória social ou histórica* que, de acordo com Marilena Chauí(1995), é fixada por uma sociedade através de mitos fundadores, de relatos, registros, depoimentos, testemunhos. Para o historiador, esse tipo de memória, que se

constitui como processo social ativo, é essencial tanto do ponto de vista da produção de novas fontes, como na perspectiva de preservação da documentação já existente. Compreendendo a função social da memória histórica como sendo a de suporte da identidade coletiva, ao historiador cabe estimular e contribuir para que as condições de registro deste tipo de memória possam se efetivar de forma permanente.

O *Hip Hop* por meio de suas narrativas em forma de letras de *rap*, seus grafites, suas formas de organização, tem apontado outra História das mulheres negras trazendo à tona personagens históricas não conhecidas pela maior parte da população brasileira e relegadas à subalternidade pela tradicional historiografia brasileira. O desafio é, por meio da História oral, conseguir outra postura interpretativa, utilizando-se das letras de músicas e do depoimento das mulheres do *Hip Hop*, possibilitando o questionamento do “[...] sentido da História profissional que, infelizmente, tem negligenciado aspectos importantes do passado capaz de explicações da cultura popular” (MEIHY, 2004, p. 139).

Segundo Bernd (1987, p. 38) a “[...]busca pela identidade do negro é a busca de autodefinição”, pois se encontra em meio a valores de um mundo branco, de uma cultura eurocêntrica, que os aliena em relação às suas referências históricas”.

A identidade negra surge, então, da dinâmica conflituosa entre a visão dominante eurocêntrica, que nega os referenciais negros, e a busca pela valorização desses referenciais por esse segmento da população. Ou seja, de um sentimento de perda, negação, constrói-se uma auto-imagem positiva e ativa da pessoa negra. É uma resposta política à situação de opressão na qual a população negra, descendente de africanos escravizados, se encontrou ao longo da história do Brasil.

## **Finalizando o texto, mas não o debate**

Rejeitada, marginaliza, ocultada, assim foi por muito tempo a História das mulheres negras viveu nos meandros da historiografia. No entanto, o movimento negro, e mais especificamente o movimento Hip Hop vem tem se tornado um instrumento de construção da identidade étnico-racial através da constituição de uma memória das mulheres negras na História do Brasil, o que ocorre por meio da informação sobre a História, a opressão e a resistência da população negra brasileira.

No Brasil podemos perceber no movimento *Hip Hop* um importante instrumento de resistência e luta da juventude negra e pobre contra as mazelas sociais que estes estão submetidos. Em razão disso, assume feições que fogem exclusivamente do cultural e adquirem aspectos políticos e sociais que proporcionam aos seus participantes, aqui incluídas as mulheres, buscarem a formação de suas identidades, o entendimento de sua história e uma consciência étnico-cultural permitindo uma visão universalizante e solidária, a fim de resolver os problemas da juventude negra.

Com efeito, por meio de práticas político-organizativas e artísticas, o *Hip Hop*, tem possibilitado a reelaboração da identidade étnico-racial, resgatando valores da cultura e da história negra, antes negados, no contexto da sociedade brasileira de herança escravista e capitalismo dependente, mas, para além da identidade, consegue formar uma consciência crítica objetivando transformar a realidade e edificar uma sociedade onde a discriminação de raça e a exploração social sejam eliminadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BITTENCOURT, Circe. *História do Brasil: identidade nacional e ensino de História do Brasil*. In: KARNAL, Leandro(org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ed. São Paulo: Cotexto, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: RForense Universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **A História Africana na formação dos educadores**. Maringá, Cadernos de Apoio ao Ensino, 1999.

DELGADO, Andrea Ferreira. Le Vechen, Michel M. Dazinho: um cristão nas minas. In: **HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.3, jun. 2000 São Paulo: Associação de História Oral. V. 3.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo. Centauro. 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



LE GOFF, Jacques. *Memória. História e memória*. Campinas. Ed. Unicamp. trad. Bernardo Leitão. 1990

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, Martha. HOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MAGRO, Viviane Melo de Mendonça. **Meninas do graffiti: educação, adolescência, identidade e gênero na culturas juvenis contemporâneas**. 2003. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. O samba é morena de angola: oralidade e música. In: **HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.7, jun. 2004 São Paulo: Associação de História Oral. v.7

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia**. Niterói: EDUFF, 2000.

NEVES, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: **HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.6, jun. 2003. São Paulo: Associação de História Oral. v.6

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e História social. **Revista de Estudos Feminista**. Florianópolis, v.7, n.1, abr. 2009.

SCHWARCZ, Lília Moriz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 a 1930)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SOUZA, Telma Regina de P. **Relatório científico do projeto**. Formações identitárias de grupos e comunidades singulares: o esgotamento do individualismo moderno e os sentidos dos comunitarismos atuais, Universidade Metodista de Piracicaba, 2002

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças: história e sociologia**. São Paulo: Brasiliense. 1993.

WELLER, Wivian. **A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 107-127, jan./abr. 2005.